

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

Eighteenth and Nineteenth Century Brazilian Slavery in
Global Perspective

Clemente Gentil Penna^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6189-2466>
E-mail: clemente.penna@gmail.com

Marcelo Santos Matheus^b

 <https://orcid.org/0000-0002-9313-4678>
E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br

Melina Teubner^c

 <https://orcid.org/0009-0003-4990-2152>
E-mail: melina.teubner@unibe.ch

^a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brazil.

^b Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil.

^c Universität Bern, Departamento de História, Bern, Suíça.

DOSSIÊ

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

Apesar do tráfico de africanos escravizados para o Brasil ter iniciado ainda no século XVI, foi na segunda metade do século XVIII que a América portuguesa se tornou a maior receptora de seres humanos vítimas deste comércio. Entre meados do setecentos até o primeiro quarto do século XIX, já na fase de decadência da economia mineradora e antes do boom do café, perto de 2,2 milhões de africanos escravizados desembarcaram nos portos brasileiros, em especial Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Florentino, 1997; Verger, 2002; Ferreira, 2012; Mamigonian, 2017).

Tal crescimento da demanda por mão de obra cativa se processou em um contexto todo específico. Em primeiro lugar, a Revolução haitiana assombrou as elites escravistas brasileiras, todavia não ao ponto de retroceder na importação de africanos. Ao mesmo tempo, crescia a campanha pelo fim do tráfico de seres humanos escravizados, aspecto presente em tratados entre Inglaterra e Portugal no início do século XIX. O Brasil, por sua vez, não ficou alheio aos processos revolucionários que se espalharam pelas Américas no contexto das Guerras Napoleônicas, e o país se tornou independente em 1822. Todas estas mudanças, contudo, não fizeram diminuir a demanda por mão de obra escravizada – entre os vinte e cinco anos que separam a proclamação da Independência e a abolição efetiva do tráfico transatlântico, em 1850, o país receberia um adicional de 1,1 milhão africanos. Outros processos globais, como a modernização das infraestruturas de comunicação e transporte, as migrações intercontinentais e as transformações no sistema financeiro tocaram o Brasil durante a vigência da escravidão.

Este dossiê reuniu artigos que contribuem para a ampliação de nosso entendimento sobre os complexos contextos que marcaram o desenvolvimento da escravidão no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX através de uma perspectiva global e multifacetada, explorando as nuances da escravidão no Brasil, tanto em suas mudanças quanto nas continuidades.

Para entender melhor o pensamento da política e das elites escravocratas do século XIX, Alain El Yousseff e Mariana Soutto Mayor¹ mostram a relevância de publicações culturais, como peças de teatro e romances, fazendo uma reavaliação das mesmas. O autor empreende uma análise aprofundada sobre a adaptação e recepção no Brasil do folhetim francês "Os Mistérios de Paris" e sua influência na política da escravidão durante o período Regencial e início do Segundo Reinado. Tal obra, traduzida para o português por Justiniano José da Rocha na década de 1840, originalmente tratava de questões sociais e de desigualdade. No Brasil, porém, foi incorporada numa estratégia política para sustentar a escravidão e o tráfico transatlântico de africanos, principalmente pelos saquaremas, grupo político conservador.

Youssef e Soutto Mayor destacam que, apesar das denúncias sociais presentes na obra de Eugène Sue, a adaptação brasileira distorceu seu conteúdo, contrapondo a miséria europeia às condições de vida dos escravizados no Brasil, promovendo uma falsa noção de que a escravidão no Brasil era mais humana em comparação com as condições na Europa. Esse discurso era usado para argumentar contra as pressões britânicas pelo fim do tráfico negreiro e sustentar a prática no Brasil. Justiniano, um afrodescendente com uma trajetória social única, atuou de forma significativa na imprensa, influenciando o pensamento público sobre a escravidão e o tráfico. Apesar de inicialmente apresentar uma postura crítica ao tráfico, Justiniano gradualmente alinhou-se aos regressistas, grupo político que defendia a manutenção da escravidão e do tráfico de escravos. Seu trabalho no jornalismo foi crucial para moldar a opinião pública, destacando-se pela crítica à interferência britânica e pela defesa dos interesses dos proprietários de escravos no Brasil.

¹ Errata: na versão original desta apresentação, que circulou entre 2023 e 2024, houve uma omissão involuntária do nome da autora Mariana Soutto Mayor. Esta versão publicada em 2025 corrige esse erro, garantindo o devido reconhecimento de sua autoria.

Ao evidenciar como a cultura e a política brasileira da época se entrelaçavam com a narrativa global sobre a escravidão, Youssef e Soutto Mayor apontam para as complexas interações entre a política local e global e como a imprensa e a literatura influenciavam a percepção e a manutenção da escravidão no Brasil.

Já Jonas Moreira Vargas apresenta uma análise detalhada sobre a escravidão nas fábricas de carne-seca no sul do Brasil e Uruguai, particularmente em Pelotas e Montevidéu, e sua relação com as redes do tráfico de africanos escravizados. O autor enfoca como as elites regionais participaram ativamente nas redes mercantis do tráfico, desenvolvendo estratégias para perpetuar o comércio ilegal e a exploração da mão de obra escrava em suas terras, especialmente durante a pressão britânica contra o tráfico e as medidas parlamentares brasileiras para proibi-lo nos anos 1830 e 1840. Ao demonstrar que muitos dos mais de 800 mil africanos ilegalmente escravizados no Brasil após a Lei de 7 de novembro de 1831, que aboliu o tráfico transatlântico, embora tivessem desembarcado no litoral do Rio de Janeiro, foram também redistribuídos às províncias mais ao sul. Além disso, antes da promulgação das leis anti-tráfico no início dos anos 1830, o comércio negreiro para a região do Rio Grande do Sul foi intenso, com a entrada de cerca de 35 mil cativos entre 1788 e 1833, e cerca de 70 mil na região do Rio da Prata entre 1777 e 1812.

Vargas igualmente destaca que as charqueadas de Pelotas e os saladeros de Montevidéu, produtores de carne-seca, eram integrados ao mercado atlântico e dependiam fortemente da mão de obra escravizada. Eram esses estabelecimentos que movimentavam as economias locais, sendo os proprietários dos saladeros e charqueadas os maiores escravistas das respectivas regiões. O estudo utiliza fontes como correspondências, contratos de sociedade, inventários post-mortem, registros paroquiais de batismo e outros documentos para rastrear esses negócios e ilustrar a complexidade e extensão das redes de tráfico ilegal e escravidão, mostrando como o batismo de africanos adultos servia como indício de sua recente chegada e como garantia da propriedade comprada.

Ao explorar como a escravidão e o tráfico ilegal na fronteira Sul do Brasil estavam interligados a uma dinâmica transnacional e como as elites locais se adaptaram e contribuíram para a persistência dessas práticas mesmo diante de leis e pressões internacionais contrárias, Vargas destaca tanto as continuidades como as mudanças nas práticas escravistas e de tráfico, inserindo a região Sul em um contexto mais amplo de interações globais e regionais que moldaram a escravidão brasileira no período.

Deste modo, vemos que mesmo com o advento da economia do café no século XIX, parte considerável da mão de obra escravizada no Brasil trabalhava também em outros cultivos e atividades, que não apenas as ligadas à economia de plantation. Destaque vai para a província de Minas Gerais, que mesmo com a decadência da mineração nos moldes setecentistas e apenas com uma pequena parte do território destinada à produção do café, continuou sendo uma das principais receptoras de africanos e, com efeito, a província com o maior número de escravos do Império (Slenes, 1988), com boa parte dessa mão de obra escravizada empregada na produção de gêneros de primeira necessidade para abastecimento do mercado doméstico (Martins, 2018). Embora em menores proporções, diversas outras províncias do Império igualmente empregaram números consideráveis de cativos na produção de gêneros para o mercado interno. Algumas, como as charqueadas rio-grandenses, também continuaram absorvendo africanos depois da proibição do tráfico (Moreira, 2019).

Isso é mostrado com muita clareza no artigo de Leandro Goya Fontella, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Santos Matheus. Os autores demonstram como a escravidão em terras brasileiras nos séculos XVIII e XIX deve ir além da plantation e que as correlações entre o local e o global são uma importante chave analítica para o entendimento mais amplo da sociedade escravista brasileira. O foco do artigo está no tráfico transatlântico de africanos

escravizados e na exploração desses trabalhadores nas regiões brasileiras com economias voltadas para o mercado interno, especialmente no período da primeira metade do século XIX.

O estudo revela que a pecuária escravista, desenvolvida na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, estava integrada a uma cadeia econômica global que interligava o complexo de charqueadas (produção de carne seca) do sul do Brasil às plantações de açúcar e café do nordeste e sudeste do país, chegando até a produção industrial da Grã-Bretanha. Essa integração demonstra como até mesmo nichos produtivos considerados marginais estavam conectados ao tráfico transatlântico e contribuíam para a economia mais ampla do império brasileiro. Os autores também destacam que a pecuária na região gerava excedentes suficientes para que uma elite de criadores adquirisse cativos africanos, mantendo-se conectada ao circuito do tráfico transatlântico. Esta conexão persistiu enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento, até 1850. A pesquisa baseou-se na análise de registros paroquiais de batismos e de inventários post mortem em duas localidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, enfocando a dispersão e adaptação da escravidão e do tráfico no território brasileiro.

Um aspecto notável identificado por Fontanella, Farinatti e Matheus foi a incorporação significativa de africanos muito jovens na economia da região, uma tendência que remonta à última década do século XVIII e se diferencia do que ocorreu na maior parte do Brasil, onde o aumento do ingresso de cativos infantes aconteceu somente após 1816. A faixa etária mais comum entre os africanos batizados era de 10 a 14 anos, o que reflete a configuração particular do escravismo praticado no Rio Grande do Sul. Ilustrando, desta forma, como o tráfico transatlântico e a escravidão estavam intrinsecamente ligados às economias regionais do Brasil, mesmo em áreas consideradas periféricas, como a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Este estudo contribui significativamente para o entendimento da escravidão brasileira em uma perspectiva global, ressaltando a complexidade e as variadas dimensões deste fenômeno histórico.

Em resumo, os artigos aqui reunidos mostram as mudanças e as continuidades nas relações escravistas entre o final do século XVIII e todo o século XIX em suas conexões locais e globais. Regiões escravistas antes vistas como periféricas ganham outra dimensão quando conjunturas locais são vistas em paralelo a um contexto global que passava por profundas e rápidas mudanças. O dossiê é, portanto, um apelo para examinemos não apenas as regiões centrais e agroexportadoras, mas tenhamos também nossa atenção voltada a estruturas e padrões locais que garantiram um marcante continuidade e perpetuação da escravidão brasileira. Deste modo, chegaremos a um quadro mais completo e atento às realidades “periféricas” locais e seu importante papel no comércio atlântico de escravos e na economia nacional.

O dossiê também é um chamado a mais estudos interdisciplinares. Envolver-se com outros campos, como os estudos literários, para entender melhor o pensamento das elites proprietárias de escravos e, ao mesmo tempo, não perder de vista os escravizados como atores da história, e como tais análises locais podem trazer a tona questões antes desconhecidas ou negligenciadas, como informações sobre as condições de vida dos trabalhadores escravizados das carqueadas e corrigir suposições equivocadas, como por exemplo, a idade dos escravizados traficados para região.

Ao examinar essas diversas questões sob uma perspectiva histórica global, este dossiê busca ampliar nosso entendimento sobre a sociedade escravista brasileira e as transformações políticas, culturais e econômicas que marcaram este período. Ele nos desafia a refletir sobre a dinâmica entre o global e o local na formação das estruturas sociais e econômicas da escravidão, proporcionando um olhar abrangente e crítico sobre um este significativo período da história brasileira.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres*: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

MARTINS, Roberto B. *Crescendo em silêncio*. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MOREIRA, Paulo R. S. Qualificados novos por estarem a dois meses no território do Brasil e não saberem falar nada a língua portuguesa: charqueadas e tráfico ilegal de africanos (Bahia – Pelotas - Brasil Meridional, 1834). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [s.l.], v. 11, v. 22, p. 133-161, 2019.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. São Paulo. *Estudos Econômicos*, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo*: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos – dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 2002.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Marcelo Santos Matheus: Doutor em História Social. Professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br – Orcid: 0000-0002-9313-4678

Clemente Gentil Penna: Doutos em História Social. Pesquisador da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil. clemente.penna@gmail.com – Orcid: 0000-0002-6189-2466

Melina Anna Teubner: Doutora em História. Cargo. Universität Bern. Bern, Suíça . e-mail: melina.teubner@unibe.ch - <https://orcid.org/0009-0003-4990-2152>

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Os organizadores agradecem à Beatriz Gallotti Mamigonian por sua contribuição editorial e apoio na organização deste dossiê.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Clemente Gentil Penna, Marcelo Santos Matheus e Melina Anna Teubner. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 8 de dezembro de 2023

Aprovado em: 8 de dezembro de 2023

Como citar: PENNA, Clemente G.; MATHEUS, Marcelo S.; TEUBNER, Melina A. A escravidão brasileira nos séculos XVIII e XIX em perspectiva global. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 177-182, 2023.